



# **Marco conceitual – Enfoque de gênero**

Dezembro, 2021



## COLANSA: Marco conceitual – Enfoque de gênero

Versão Preliminar - dezembro, 2021

### Índice

1. Introdução
  - 1.a. O que entendemos por enfoque de gênero?
  - 1.b. Gênero na agenda regional
2. Gênero nos sistemas alimentares
3. Enfoque da Colansa
4. Considerações para a elaboração de projetos e programas sensíveis a gênero
5. Alcance da Colansa
6. Bibliografia

### 1. Introdução

O presente documento, elaborado coletivamente, estabelece o posicionamento da Colansa sobre a abordagem de gênero nos projetos realizados ou patrocinados por nossa comunidade de prática. Este é um documento dinâmico e será revisado e atualizado periodicamente. A Colansa se propõe a ser sensível às transformações sociais e respeitar as particularidades regionais.

#### 1.a. O que entendemos por enfoque de gênero?

Para incorporar um enfoque de gênero aos projetos e programas que são desenvolvidos na Colansa, é necessário estabelecer algumas definições teóricas.

Primeiro, gênero se refere aos papéis, características e oportunidades **socialmente construídas** sobre o que significa ser homem ou mulher. A introdução do termo "**gênero**" como categoria de análise conceitual possibilita compreender as diferenças entre mulheres e homens como uma **interpretação cultural** das diferenças biológicas. Isso permite compreender que a desigualdade é um fato social e não algo dado pela natureza, pois não há nada na biologia que nos permita explicar certos atributos, como por exemplo, que as mulheres se dedicam à vida doméstica e os homens à vida privada produtiva (1).

Assim, as **normas de gênero** são entendidas como as crenças, regras ou ideias construídas por meio do processo de socialização sobre como mulheres, homens, meninos e meninas devem se comportar. É uma construção cultural dinâmica, o que significa que pode variar ao longo do

tempo (2). As normas de gênero levam à desigualdade de gênero a partir de avaliações simbólicas sobre o “feminino” e o “masculino”, criando significados socialmente compartilhados sobre essas categorias, que muitas vezes se contrapõem (3). Em uma sociedade patriarcal, o “masculino” está associado ao público, o ativo, enquanto o “feminino” ao privado, o passivo. Essas normas de gênero promovem desigualdades de poder e de oportunidades (4).

Os **papéis de gênero** são construídos sobre normas de gênero, que se referem ao que homens e mulheres podem e devem fazer de acordo com seu gênero, ou seja, pelo que são responsáveis em suas casas, comunidades e locais de trabalho (2).

As **relações de gênero** são referidas quando se fala de relações sociais baseadas em normas e papéis de gênero entre homens e mulheres. Essas relações muitas vezes geram hierarquias que promovem relações de poder desiguais (2).

“Sexo” e “gênero” são frequentemente usados como sinônimos intercambiáveis, mas não são. **Sexo** refere-se a **características biológicas**, como genes, níveis hormonais, anatomia reprodutiva e fisiologia do corpo, e é atribuído ao nascimento (1).

Gênero e sexo, por sua vez, devem ser diferenciados da **identidade de gênero**. A identidade de gênero é a experiência interna e individual de gênero que cada pessoa tem. Trata-se do que cada pessoa sente, e isso pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascer (5). “Cisgênero” refere-se à identidade de gênero das pessoas que se identificam com seu sexo e gênero atribuídos no nascimento. Em vez disso, o termo “pessoa trans” é frequentemente usado quando a identidade de gênero das pessoas é diferente de seu gênero e sexo atribuídos no nascimento. É uma denominação global ou termo estrutural, que é usado para descrever múltiplas categorias de identidade; inclui homens, mulheres, homens trans, mulheres trans, pessoas não binárias, pessoas agêneros, pessoas de gênero neutro, pessoas queer, travestis. Existem na região expressões identitárias que correspondem a algumas das mencionadas, como os muxés zapotecas e indivíduos epupillan mapuches (1,6).

As percepções hegemônicas de sexo e gênero baseiam-se em um **sistema binário**, que pode ser definido como um modelo social e cultural predominante na cultura ocidental, baseado em uma rígida categorização de gênero e sexo: masculino/homem e feminino/mulher . Dessa forma, o sistema binário espera que gênero e sexo necessariamente correspondam, excluindo aquelas pessoas que não se enquadram nesses parâmetros.(1).

Esse sistema binário sustenta a desigualdade de gênero e se manifesta por meio de crenças, normas, estereótipos, comportamentos e práticas que estratificam as pessoas e podem variar entre as diferentes sociedades. Contribui para a determinação de hierarquias e, portanto, condiciona o acesso a recursos, espaços de decisão e grau de autonomia, condições

geralmente mais desfavoráveis para as mulheres e a comunidade LGBTIQ+<sup>1</sup>. Ao problematizar a desigualdade de gênero, é importante considerar também sua interação com outros fatores sociais significativos, como classe social, orientação sexual e etnia. (1,7). A chamada **abordagem interseccional** é usada para analisar como a presença de múltiplas desigualdades gera uma desigualdade qualitativamente diferente, maior do que a mera soma de categorias, destacando a heterogeneidade das experiências das pessoas (8).

Por fim, é importante esclarecer que essas definições são dinâmicas, podem mudar ao longo do tempo à medida que outros fatores socioculturais, econômicos e políticos são transformados. (9).

### 1.b. O gênero na agenda regional

Nas últimas décadas, graças ao ativismo da sociedade civil e de organizações internacionais de direitos humanos, os países da América Latina e do Caribe (ALC) construíram uma agenda de igualdade de gênero. Os compromissos assumidos estão refletidos em normas que comprometem os estados a avançar na realização dessa agenda (10).

Os principais marcos regulatórios que regem a nível internacional são:

- A **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher**, conhecida por sua sigla em inglês, CEDAW, de 1979.  
Este instrumento legal vinculante reconhece que a desigualdade prejudica o pleno exercício dos direitos das mulheres. Aborda três aspectos centrais: os direitos civis e a condição jurídica e social da mulher, a reprodução humana e as consequências dos fatores culturais nas relações entre os sexos. (11).  
A CEDAW estabelece a eliminação da discriminação nos cuidados de saúde e inclui uma seção especial sobre as mulheres rurais e os problemas específicos que elas enfrentam.
- O **Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo**, 1994.  
É o resultado da IV Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU). Aborda questões relacionadas à população e ao desenvolvimento, como redução da pobreza, famílias e promoção da saúde. Dedica seu quarto capítulo à igualdade e equidade entre os sexos e ao empoderamento das mulheres (12).
- **Declaração e Plataforma de Ação de Pequim**, de 1995.

---

<sup>1</sup> Lésbicas, gays, transexuais, transgêneros, bissexuais, intersexuais, queer. Este acrônimo é usado para nomear grupos de pessoas cuja identidade de gênero, expressão de gênero ou orientação sexual não estão de acordo com aqueles tradicionalmente atribuídos aos papéis de gênero masculino e feminino. Não é uma sigla exaustiva e as categorias incluídas podem mudar, ou seja, assexual, pansexual, bigênero, pangênero (1).

Este documento reflete os compromissos da agenda de empoderamento das mulheres. Afirma-se que o principal obstáculo que as mulheres enfrentam para alcançar o mais alto nível de saúde possível é a desigualdade de gênero e a desigualdade entre mulheres de diferentes classes sociais, etnias e regiões geográficas. Específica, por sua vez, que mulheres e meninas encontram maiores dificuldades no acesso aos serviços de nutrição e de saúde devido ao favorecimento dos filhos. (13).

- Os **Princípios de Yogyakarta**, de 2007.  
Esses são princípios que estabelecem como a lei internacional de direitos humanos deve ser aplicada em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Protege o direito de desfrutar do mais alto nível possível de saúde física e mental das pessoas LGBTI (5).
- A **Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável**, de 2015.  
É composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 objetivos interdependentes, que abrangem aspectos econômicos, sociais e ambientais. Apesar de sua indivisibilidade, o trabalho de Colansa destaca os ODS nº 2, 3 e 5: “fome zero”, “saúde e bem-estar” e “igualdade de gênero”, respectivamente.

No âmbito regional, os instrumentos mais importantes são: a **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher** de 1994; o **Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento**, de 2013 e a **Agenda Regional de Gênero** (14). Em 2016, durante a XIII Conferência sobre a Mulher na América Latina e no Caribe, foi aprovada a **Estratégia de Montevideu para a Implementação da Agenda Regional de Gênero** no âmbito do Desenvolvimento Sustentável até 2030, que ratifica os ODS e estabelece o caminho para seu cumprimento na região (15).

Os países da ALC promulgaram leis para proteger as mulheres de diferentes tipos de violência e visam erradicar a desigualdade de gênero. Da mesma forma, muitos países endossaram as convenções internacionais de direitos humanos que foram mencionadas em suas constituições, dando-lhes o mais alto nível na hierarquia de seus sistemas jurídicos. (16,17).

## 2. O gênero nos sistemas alimentares

Existem fatores que interagem e determinam o funcionamento dos sistemas alimentares, incluindo fatores políticos e econômicos, socioculturais e demográficos. Nesta seção, analisaremos como as normas, relacionamentos e papéis de gênero afetam o funcionamento dos sistemas alimentares. Vamos nos concentrar no impacto da desigualdade de gênero; serão

apresentados alguns dos principais problemas destacados pelos organismos internacionais e pelos governos da região.

Uma das causas que sustenta a desigualdade de gênero é a formação de uma **economia do cuidado**, que envolve a forma como são produzidos, fornecidos e consumidos os bens e serviços necessários ao bem-estar físico, social, mental e emocional das sociedades. Isso inclui preparar alimentos, cuidar de crianças e idosos e tarefas domésticas em geral. Grande parte da economia do cuidado consiste em tarefas não remuneradas que são realizadas predominantemente por mulheres. As mulheres da região enfrentam uma **distribuição desigual nos cuidados não remunerados e nas tarefas domésticas**. Pesquisas sobre o uso do tempo mostram que em toda a ALC as mulheres gastam mais tempo do que os homens em tarefas domésticas e cuidados (18). Segundo estimativas recentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as mulheres dedicam 38 horas semanais a esse tipo de trabalho, mais que o dobro dos homens, que, em média, dedicam 16 horas. A defasagem se acentua quando há crianças menores de cinco anos no domicílio, com diferença média de 33 horas semanais(19).

A distribuição desigual das tarefas de cuidado, por sua vez, dificulta a participação das mulheres na força de trabalho. Na região, a **taxa de participação no trabalho** para os homens é de 82% e para as mulheres de 58%: há uma diferença média de quase 25 pontos percentuais. Essa diferença é mais acentuada, chegando a 40 pontos percentuais, quando homens e mulheres têm filhos menores de 5 anos, e se reduz para 24 pontos percentuais quando os filhos têm mais de 18 anos. (20). Embora desde as últimas décadas do século XX as mulheres tenham aumentado sua participação no mercado de trabalho, não houve correlação na redução das horas dedicadas ao trabalho doméstico (21). Mesmo quando têm trabalho remunerado, essa distribuição não muda, mas gera uma segunda jornada de trabalho para as mulheres, histórica na região (22). Algumas mulheres também são responsáveis por realizar tarefas comunitárias no âmbito de organizações em setores de maior vulnerabilidade socioeconômica, muitas vezes para fornecer serviços públicos aos quais suas comunidades não teriam acesso. Isso constitui o que se chama de “tripla jornada de trabalho”: além do trabalho e da assistência domiciliar, há a comunitária (23). Da mesma forma, é importante destacar a falta de políticas trabalhistas que protejam o aleitamento materno exclusivo e contínuo (licença remunerada de pelo menos 26 semanas, pausas e espaços para ordenha, creches próximas ao local de trabalho) para assalariados. Para quem trabalha no setor informal ou em organizações comunitárias, são necessárias políticas de transferência de renda voltadas à proteção do aleitamento materno humano.

Como consequência dessas desigualdades, muitas mulheres não têm renda própria ou acesso a empregos de menor remuneração. A **diferença salarial média** para os anos 2018/2019 foi de 20% (24). Em 18 países da região, 27,5%

das mulheres com 15 anos ou mais não possuem renda própria; para os homens, esse número cai para 13,1% (25). **As mulheres são a maioria entre as pessoas em situação de pobreza.** Os índices de feminilidade de pobreza e extrema pobreza mostram maior incidência de pobreza para as mulheres, situação que se acentua nas áreas urbanas (25).

## Sistemas alimentares

A desigualdade de gênero se manifesta nos diferentes componentes dos sistemas alimentares.<sup>2</sup>

Quando se trata da **cadeia de abastecimento alimentar**, as lacunas se manifestam em vários aspectos. As consequências para a **participação na produção agrícola** são notórias; As mulheres da ALC representam aproximadamente 20% da força de trabalho agrícola e são mais propensas a trabalhar sazonalmente, meio período e com salários mais baixos do que os homens (13). Das mulheres rurais ocupadas da região, 36% exercem atividades agrícolas; este valor é de 62% para os homens (26). Por sua vez, há **desigualdade no acesso aos recursos produtivos**: na região, o número de mulheres proprietárias de terras varia entre 7,8% (Guatemala) e 30,8% (Peru); Geralmente, essas terras têm superfícies menores e solos de pior qualidade. (27). As mulheres rurais também enfrentam dificuldades em utilizar recursos públicos para apoiar a produção, como crédito, assistência técnica e tecnologia. (27). Para essas mulheres, há também uma exclusão digital que limita seu acesso à informação e às cadeias comerciais. (28).

Uma das características mais significativas dos **ambientes alimentares** na ALC é a crescente dificuldade de acesso físico e econômico a dietas saudáveis. Isso se acentua em grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, principalmente as mulheres. Existe uma relação entre renda e tipo de dieta. O preço de uma dieta saudável pode ser, em vários países, superior ao preço de uma dieta baseada em amidos (29). Além disso, em geral, os alimentos com alto teor de nutrientes essenciais são os mais caros do mundo. (29). Contrações econômicas afetam desproporcionalmente a segurança alimentar, nutrição e saúde em países com maior desigualdade social (30).

O nível de renda influencia o **comportamento dos consumidores**. As mulheres estão super-representadas entre as pessoas que vivem em situação de pobreza, realizam a maior parte dos cuidados e tarefas domésticas, e participam menos do mercado de trabalho, muitas delas não possuem renda própria e, quando trabalham, tendem a ter menores salários. Isso condiciona o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos. Além do nível de renda, existem outros fatores que determinam a escolha das dietas. Há

---

<sup>2</sup> Os componentes foram apresentados no Marco Conceitual e Político da Colansa, disponível em: [http://colansa.org/wp-content/uploads/2021/03/Marco-Conceitual\\_COLANSA.pdf](http://colansa.org/wp-content/uploads/2021/03/Marco-Conceitual_COLANSA.pdf)

literatura que investiga aspectos relacionados ao comportamento do consumidor, como a avaliação do que é saudável, as dinâmicas e tensões no núcleo doméstico em torno das preferências alimentares, a influência da publicidade e das representações culturais sobre o corpo. (31–33). A pressão comercial das estratégias de marketing das empresas produtoras de fórmulas desencoraja a prática do aleitamento materno e a necessidade de os países da região adotarem integralmente o Código de Comercialização de Substitutos e posteriores resoluções da Assembleia Mundial da Saúde e estabelecerem formas efetivas de controle e sanção de descumprimento.

Em relação ao **estado de nutrição e saúde**, segundo dados da FAO, OPAS, PAM e UNICEF, a obesidade atinge 28% das mulheres adultas da região, enquanto para os homens adultos esse número é de 20%. (34). Existem fatores biológicos, genéticos e metabólicos que favorecem o ganho de peso em mulheres (XX pessoas), mas não são suficientes para explicar o aumento gradual da diferença na taxa de obesidade (35). Grande parte do crescimento da taxa de prevalência de obesidade na região está fortemente associada ao aumento do consumo de alimentos de baixa qualidade nutricional e maior densidade energética, especificamente nos setores de menor renda. Da mesma forma, é preciso ter em mente que os padrões da masculinidade hegemônica podem estar relacionados a certos hábitos não saudáveis, incluindo uma alimentação menos saudável entre os homens.

Por sua vez, a literatura propõe uma forte relação entre gênero e insegurança alimentar. Estudos mostram que os agregados familiares chefiados por mulheres são mais propensos a ter insegurança alimentar do que os chefiados por homens (36). A prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na América Latina foi de 32,4% para mulheres e 25,7% para homens em 2019 (37).

Por outro lado, o aumento das necessidades de ferro em mulheres em idade fértil, somado à distribuição desigual de alimentos entre os membros da família com diferentes funções, insegurança alimentar e falta de acesso a suplementos, levaram ao aumento da prevalência de anemia em mulheres de idade fértil. A OMS estimou que a anemia em mulheres em idade reprodutiva teve um aumento entre 2012 e 2016 em todo o mundo, passando de 552,2 milhões para 613,2 nesse período; isso indica que uma em cada três mulheres nessa faixa etária sofre de anemia. Na região, a prevalência é de 22% em média, apresentando as taxas mais altas do Caribe (34).

A maioria dos estudos citados revela números de pessoas cisgênero, embora a OPAS tenha apontado que pessoas trans na ALC, especialmente aquelas que praticam sexo comercial, são afetadas por problemas nutricionais, incluindo anorexia, bulimia e desnutrição. (38). Um estudo recente aponta a lacuna de conhecimento existente para os aspectos clínicos e psicossociais da nutrição de pessoas trans e não conformes de gênero, como alterações de peso e perfil lipídico de pessoas que fazem terapia hormonal, fatores de risco





para desenvolvimento de doenças não transmissíveis e transtornos alimentares ou insegurança alimentar(39).

A pandemia da SARS-CoV-2 gerou uma crise de saúde, social e econômica que exacerbou lacunas pré-existentes e aprofundou a vulnerabilidade de mulheres e meninas na ALC (40). Segundo a ONU Mulheres, vários documentos mostram uma deterioração dos indicadores de gênero como resultado dos altos níveis de informalidade, da queda no emprego e dos maiores obstáculos à reintegração que as mulheres enfrentam diante do acúmulo de tarefas de cuidado (41). Ainda não há dados sobre o impacto que a pandemia pode ter nas lacunas de gênero nos sistemas alimentares, embora existam previsões que indiquem um possível aumento de pessoas vivendo na pobreza e um aumento na prevalência de insegurança alimentar em todo o mundo (42), especialmente para mulheres e meninas, que enfrentam a pandemia em situação de maior vulnerabilidade (41). É importante destacar também que, nos setores de maior vulnerabilidade socioeconômica, foram majoritariamente as mulheres que assumiram o trabalho de canalização das transferências de alimentos nos bairros (distribuição de cestas, potes populares), aumentando a carga de trabalho para lidar com a insegurança alimentar.

### 3. Enfoque da Colansa

A Colansa busca promover a interação entre pesquisa e advocacy político por meio da criação de conhecimento e ferramentas para a transformação dos sistemas alimentares atuais. A Colansa promove o desenvolvimento de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, equitativos e inclusivos, e ações capazes de transformar as desigualdades de gênero existentes para reduzir o impacto das doenças relacionadas à nutrição na ALC.

Na Colansa, as ações e projetos de pesquisa e incidência política que promovam a igualdade de gênero serão priorizados por meio de sua integração sistemática nos diferentes aspectos de um projeto ou programa (43). Existem diferentes graus de abordagem do tema, desde o desconhecimento do problema da desigualdade de gênero, que pode até reforçar as desigualdades, até a proposição de ações transformadoras. Entre esses dois extremos, pode-se considerar que existe **um contínuo de sensibilidade de gênero**.

A **sensibilidade de gênero** consiste no reconhecimento dos efeitos que as normas, papéis e relações de gênero têm nos sistemas alimentares e na saúde das pessoas (2).



**Figura 1:** Continuum de integração de gênero. Adaptado da OMS (2011) e IDRC (2019).

O continuum de integração de gênero (Figura 1) inclui cinco categorias: as duas primeiras dificultam a conquista da igualdade de gênero, enquanto a partir da terceira categoria ocorre um ponto de virada. É a partir daqui que um projeto ou programa é considerado **responsivo ao gênero**, ou seja, leva em conta os diferentes efeitos produzidos pelas normas, papéis e relações de gênero. Incluídos nesta categoria estão projetos ou programas **sensíveis ao gênero, específicos ao gênero e transformadores de gênero**. (2).

A seguir, os componentes do continuum de integração de gênero serão descritos.<sup>3</sup>

### **Negativo para o gênero**

Considera-se que um programa ou projeto é negativo para o gênero quando utiliza as normas, papéis e estereótipos de gênero vigentes na sociedade, tendo como consequência o reforço das desigualdades de gênero e resultando no agravamento da situação inicial (2,44).

### **Cego para o gênero**

São programas ou projetos que se baseiam em uma premissa de igualdade, ignorando as normas, papéis e relações de gênero. O resultado é a manutenção do status quo, ignorando as iniquidades existentes e os requisitos que podem precisar ser corrigidos. (2,44).

### **Sensível para o gênero**

Os projetos e programas que descrevem e/ou explicam a relação entre gênero e o problema abordado pertencem a esta categoria, mas não desenvolvem ações para transformar papéis, normas e relações de gênero existentes. (2,44).

### **Específico para o gênero**

Programas ou projetos específicos de gênero consideram as normas, papéis e relacionamentos de gênero e sua relação com o problema que abordam. Eles têm uma intervenção ou ação que busca melhorar a situação de um

<sup>3</sup> Foram tomados como referência para a adaptação das definições os documentos *Gender mainstreaming for health managers: a practical approach/Participant's notes* de la OMS, *Profundicemos en términos de género. Guía de terminología e uso de linguagem não sexista para jornalistas, comunicadores e comunicadores* da ONU Mulheres e *Transforming gender relations Insights from IDRC research* do IDRC.

determinado grupo sem alterar profundamente as relações de gênero existentes (30).

### **Transformador para o gênero**

Os projetos e programas que se enquadram nessa categoria buscam uma transformação duradoura das normas, papéis e relações de gênero existentes. Contemplam uma compreensão profunda das causas subjacentes das desigualdades e promovem estratégias para promover mudanças progressivas e duradouras (2,44). As estratégias de mudança envolvem as pessoas afetadas pelo problema sob intervenção e incorporam sua perspectiva como fonte legítima de conhecimento. As equipes para esse tipo de projeto ou programa são formadas de forma interdisciplinar e contam com a participação de profissionais com expertise em gênero.

## **4. Considerações para o desenvolvimento de projetos e programas sensíveis ao gênero**

A Colansa busca promover o desenvolvimento de projetos ou programas transformadores de gênero que promovam mudanças duradouras nas normas, papéis e relacionamentos de gênero que tenham implicações negativas nos sistemas alimentares.

Na busca de alcançar programas e projetos com perspectiva de gênero, algumas organizações internacionais propõem focar em alguns aspectos.

Como ponto de partida para o desenvolvimento de políticas e programas, a OMS e a FAO levantam a importância de **considerar os diferentes problemas estruturais de gênero nas diferentes etapas, desde o planejamento até a execução, análise, divulgação e uso** das informações dos diferentes produtos (45,46). Uma abordagem deste tipo permite um maior impacto, com efeitos mais duradouros ao longo do tempo.

Além disso, a OMS e a ONU propõem uma melhoria nas estatísticas por meio da geração de **dados desagregados por gênero e sexo e uma análise com perspectiva de gênero** (46,47). A análise de gênero é considerada uma ferramenta que permite identificar, avaliar e relatar ações para lidar com a desigualdade derivada de interpretações culturais de normas, papéis e relacionamentos de gênero e as consequentes relações de poder desiguais associadas a fatores socioculturais, como orientação sexual, etnia, nível educacional, etc. A análise de gênero permite um processo analítico que contempla as noções de sexo e gênero como forma de conceituar a informação e vinculá-la ao problema a ser abordado. (2).

Outro ponto importante para o desenvolvimento de programas e projetos sensíveis ao gênero é a **participação dos grupos afetados**. Essa abordagem participativa contribui para o desenvolvimento e implementação do projeto abordando as reais necessidades das pessoas envolvidas por meio da

aproximação entre os diferentes atores da sociedade civil e instituições ou órgãos governamentais. (26,48).

Assim como a OMS, a ONU, por meio de sua iniciativa Spotlight, fundamenta a importância da **participação da sociedade civil** no desenvolvimento de iniciativas que promovam a constituição de movimentos de mulheres fortes, empoderadas e autônomas. O Spotlight, por sua vez, recomenda a incorporação **de narrativas poderosas na comunicação de programas ou projetos**, incluindo histórias de desigualdade de gênero na primeira pessoa (49).

É importante notar que a ONU sugere o uso de **linguagem inclusiva e não sexista** em todas as instâncias de um projeto ou programa como forma de promover a equidade de gênero. Recomenda-se o uso de formas adequadas de tratamento, evitar o uso de conotações negativas ou estereotipadas em relação ao gênero e tornar o gênero visível apenas quando a comunicação o exigir (50).

## 5. Alcance da Colansa

Esperamos que os projetos de pesquisa e incidência política da Colansa tenham um impacto progressivo na transformação dos sistemas alimentares e na igualdade de gênero na ALC. Alcançar esses resultados implica um desafio.

A ferramenta Marcadores de Progresso do IDRC permite que você ilustre níveis incrementais de mudança em direção a um objetivo final. Indicam progresso, do menos esperado, para uma verdadeira e profunda transformação (51).

Nesse sentido, a curto, médio e longo prazo:

### Esperamos ver a curto prazo:

- A incorporação da abordagem de gênero em todas as atividades e ações de pesquisa e incidência da Colansa.
- O compromisso dos membros da Colansa com o desenvolvimento de projetos com enfoque de gênero, com o apoio de membros com expertise no assunto e o estabelecimento de alianças entre os membros.
- - O fortalecimento dos vínculos entre grupos de interesse e sociedade civil para garantir o envolvimento e o empoderamento nos processos decisórios, considerando uma abordagem de gênero.
- A disseminação de informações que facilitem o desenvolvimento de projetos e programas sensíveis ao gênero na região.
- Maior número de pesquisadores e diversos atores sociais, políticos, tomadores de decisão, acadêmicos, etc., com conhecimento e consciência da abordagem de gênero nos sistemas alimentares, especialmente levando em conta a intersectorialidade.

**Gostaríamos de ver a médio prazo:**

- Dados mais precisos e de maior qualidade, disponíveis por gênero, que contribuem para aumentar a granularidade dos dados disponíveis na região e facilitam a tomada de decisões sobre o funcionamento dos sistemas alimentares.
- Instituições públicas e organizações da sociedade civil orientadas para o interesse público fortalecidas pelo uso de informações confiáveis e de qualidade para a promoção de políticas sensíveis ao gênero nos sistemas alimentares.
- Instituições públicas e organizações da sociedade civil orientadas ao interesse público, fortalecidas por alianças com setores que desenvolvem suas atividades de pesquisa ou ativismo com perspectiva de gênero em outros temas.
- Maior disseminação de dados com perspectiva de gênero e implementação de experiências replicáveis.
- Crescente conscientização da população em geral sobre as diferenças de gênero.
- Mais e melhores ferramentas que permitem que equipes de pesquisa, organizações da sociedade civil e ativistas incluam uma abordagem de gênero em seus projetos relacionados a sistemas alimentares.
- Capacitação entre os membros da Colansa com base na identificação de casos de sucesso em que a abordagem de gênero é implementada adequadamente.

**Ansiosos para ver a longo prazo:**

- Leis e políticas que protejam os grupos mais vulneráveis por meio de mudanças significativas e duradouras em direção à equidade de gênero nos sistemas alimentares.
- Estatísticas de territórios em que os sistemas alimentares estão alcançando maior igualdade de gênero.
- Mudanças substanciais nas normas, papéis e relações de gênero que consolidam a igualdade de gênero e a soberania alimentar na região.
- Processos sociais que lutam para alcançar verdadeiras condições de soberania alimentar e de proteção da natureza, rompendo com as desigualdades de gênero.
- Políticas de saúde voltadas à prevenção da desnutrição e das doenças crônicas não transmissíveis vinculadas à má nutrição em nossos países, com ênfase nos processos mórbidos que mais afetam as mulheres.



- Nas políticas e intervenções, ver equidade, acesso e reconhecimento de todas as pessoas que participam dos sistemas alimentares independentemente do seu género.

A Colansa assume um forte compromisso com a promoção da igualdade de género nos sistemas alimentares da América Latina e do Caribe. No âmbito deste compromisso, e dada a complexidade do tema, a Colansa oferecerá o seu apoio aos projetos de investigação e incidência que pretendam incorporar esta perspetiva através de aconselhamento e atividades de formação específicas.

## 6. Bibliografía

1. OEA, AECID, Synergía. Panorama del reconocimiento legal de la identidad de género en las Américas [Internet]. Documento oficial de la OEA; 2020. Disponible en: <http://clarcienv.com/identidaddegenero/public/files/PANORAMA%20DEL%20RECONOCIMIENTO%20LEGAL%20DE%20LA%20IDENTIDAD%20DE%20GENERO%20EN%20LAS%20AMERICAS.pdf>
2. World Health Organization. Gender mainstreaming for health managers: a practical approach: participant's notes. [Internet]. Geneva, Switzerland: World Health Organization; 2011 [citado 1 de febrero de 2021]. Disponible en: [http://whqlibdoc.who.int/publications/2011/9789241501071\\_eng.pdf](http://whqlibdoc.who.int/publications/2011/9789241501071_eng.pdf)
3. Scott J. El género una categoría útil para el análisis histórico. En: Amelang J, Nash M, editores. Historia y género: Las mujeres en la Europa Moderna y Contemporánea. Valencia: Alfons el Magnanim; 1990. p. 23–56.
4. Lagarde M. Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas. 2a ed. México, D.F: Universidad Nacional Autónoma de México; 1993. 878 p. (Colección Posgrado).
5. Comisión Internacional de Juristas (ICJ). Principios de Yogyakarta: Principios sobre la aplicación de la legislación internacional de derechos humanos en relación con la orientación sexual y la identidad de género [Internet]. 2007. Disponible en: [http://yogyakartaprinciples.org/wp-content/uploads/2016/08/principles\\_sp.pdf](http://yogyakartaprinciples.org/wp-content/uploads/2016/08/principles_sp.pdf)
6. Proyecto TransRespeto versus Transfobia en el Mundo (TvT). Terminología [Internet]. [citado 26 de enero de 2020]. Disponible en: <https://transrespect.org/es/working-definitions/>
7. Sen G, Östlin P, George A. Unequal, Unfair, Ineffective and Inefficient Gender Inequity in Health: Why it exists and how we can change it. Final Report to the WHO Commission on Social Determinants of Health [Internet]. Sweden: WHO; 2007 sep. Disponible en: [https://www.who.int/social\\_determinants/resources/csdh\\_media/wgekn\\_final\\_report\\_07.pdf](https://www.who.int/social_determinants/resources/csdh_media/wgekn_final_report_07.pdf)
8. Alonso Álvarez A. El mainstreaming de género y sus nuevos desafíos: repensando el concepto de igualdad(es). Revista del CLAD Reforma y Democracia. junio de 2010;47:47–70.
9. World Health Organization. Gender mainstreaming for health managers: a practical approach: facilitators' guide. [Internet]. Geneva, Switzerland: World Health Organization; 2011 [citado 9 de febrero de 2021]. Disponible en: [http://whqlibdoc.who.int/publications/2011/9789241501071\\_eng.pdf](http://whqlibdoc.who.int/publications/2011/9789241501071_eng.pdf)
10. ONU Mujeres. El progreso de las mujeres en América Latina y el Caribe 2017. Transformar las economías para realizar los derechos [Internet]. Panamá; 2017. Disponible en: <https://lac.unwomen.org/es/digiteca/publicaciones/2016/12/el-progreso-de-las-mujeres-america-latina-y-el-caribe-2017>

11. Asamblea General de las Naciones Unidas. Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer [Internet]. 1979. Disponible en: <https://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/text/sconvention.htm>
12. Asamblea General de las Naciones Unidas. Informe de la Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo [Internet]. 1994. Disponible en: <https://undocs.org/es/A/CONF.171/13/Rev.1>
13. ONU Mujeres. Declaración y Plataforma de Acción de Beijing. Declaración política y documentos resultados de Beijing+5 [Internet]. 1995. Disponible en: [https://beijing20.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/cs/w/bpa\\_s\\_final\\_web.pdf](https://beijing20.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/cs/w/bpa_s_final_web.pdf)
14. CEPAL. ¿Qué es la Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe? [Internet]. Disponible en: [https://conferenciamujer.cepal.org/14/sites/crm14/files/c1900830\\_web.pdf](https://conferenciamujer.cepal.org/14/sites/crm14/files/c1900830_web.pdf)
15. CEPAL. Agenda Regional de Género [Internet]. Disponible en: <https://biblioguias.cepal.org/AgendaRegionalGenero/Mandatos>
16. Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe - CEPAL. Normativa [Internet]. Normativa. [citado 26 de diciembre de 2020]. Disponible en: <https://oig.cepal.org/es/leyes>
17. Comisión Interamericana de Derechos Humanos. Violencia y discriminación contra mujeres, niñas y adolescentes. Buenas prácticas y desafíos en América Latina y en el Caribe [Internet]. OEA; 2019. Disponible en: <https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/ViolenciaMujeresNNA.pdf>
18. UN Women. Promoting Women's Economic Empowerment: Recognizing and Investing in the Care Economy [Internet]. Issue Paper; 2018. Disponible en: <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2018/issue-paper-recognizing-and-investing-in-the-care-economy-en.pdf?la=en&vs=2004>
19. Bustelo M, Viollaz M. ¿Cómo es el mercado laboral para las mujeres en América Latina y el Caribe? [Internet]. BID; 2020. Disponible en: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Como-es-el-mercado-laboral-para-las-mujeres-en-America-Latina-y-el-Caribe.pdf>
20. Bustelo M, Suaya A, Viollaz M. ¿Cómo será el mercado laboral para las mujeres? [Internet]. BID; 2019. (El futuro del trabajo en América Latina y el Caribe). Disponible en: [https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/EL\\_futuro\\_del\\_trabajo\\_en\\_America\\_Latina\\_y\\_el\\_Caribe\\_Cmo\\_ser\\_el\\_mercado\\_laboral\\_para\\_las\\_mujeres\\_versin\\_para\\_imprimir.pdf](https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/EL_futuro_del_trabajo_en_America_Latina_y_el_Caribe_Cmo_ser_el_mercado_laboral_para_las_mujeres_versin_para_imprimir.pdf)
21. Vásconez A. Mujeres, hombres y las economías latinoamericanas: un análisis de dimensiones y políticas. En: Esquivel V, editor. La economía feminista desde América Latina Una hoja de ruta sobre los debates actuales en la región [Internet]. Santo Domingo, República Dominicana: ONU-Mujeres; 2012. p. 42–97. Disponible en: <https://www.unwomen.org/es/digital-library/publications/2012/6/la-economia-feminista-desde-america-latina>



22. Arriagada I, NU. CEPAL. División de Desarrollo Social. Realidades y mitos del trabajo femenino urbano en América Latina [Internet]. CEPAL; 1997. Disponible en: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5863/1/S9700709\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5863/1/S9700709_es.pdf)
23. Alatorre J, Grupo Interdisciplinario sobre Mujer, Trabajo y Pobreza (Mexico), editores. Las mujeres en la pobreza. 1. ed. México, D.F: El Colegio de México: Grupo Interdisciplinario sobre Mujer, Trabajo y Pobreza; 1994. 393 p.
24. Lexartza Artza L, Chaves Groh MJ, Carcedo Cabañas A, Sánchez A. La brecha salarial entre hombres y mujeres en América Latina: En el camino hacia la igualdad salarial. Lima: OIT; 2019. (OIT Américas - Informes Técnicos). Report No.: 16.
25. UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. STATISTICAL YEARBOOK FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN 2019. S.I.: UNITED NATIONS; 2020.
26. FAO. Estrategia Regional de Género de la FAO para América Latina y el Caribe 2019-2023. Santiago de Chile: FAO; 2019.
27. Duodécima Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe - CONSENSO DE SANTO DOMINGO [Internet]. Santo Domingo; 2013 oct. Disponible en: [https://www.cepal.org/12conferenciamujer/noticias/paginas/6/49916/PLE\\_Consenso\\_de\\_Santo\\_Domingo.pdf](https://www.cepal.org/12conferenciamujer/noticias/paginas/6/49916/PLE_Consenso_de_Santo_Domingo.pdf)
28. Rotondi V, Billari F, Pesando LM, Kashyap R. Desigualdad digital de género en América Latina y el Caribe [Internet]. San José de Costa Rica: IICA, Universidad de Oxford, BID, FIDA; 2020. Disponible en: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/12489>
29. FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2020. Transformación de los sistemas alimentarios para que promuevan dietas asequibles y saludables [Internet]. FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO; 2020. Disponible en: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/ca9692es>
30. FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2019. Protegerse frente a la desaceleración y el debilitamiento de la economía. [Internet]. Roma: FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO; 2019. Disponible en: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000106773/download/>
31. Aguirre P. LOS ALIMENTOS RENDIDORES Y EL CUERPO DE LOS POBRES. 2000.
32. Castronuovo L, Gutkowski P, Tiscornia V, Allemandi L. Las madres y la publicidad de alimentos dirigida a niños y niñas: percepciones y experiencias. SC. 19 de diciembre de 2016;12(4):537.
33. CAROLINA FRANCH, Ivanovic C, Weisstaub G, Hernandez P. Consideraciones para identificar barreras y potencialidades culturales para el control y prevención del sobrepeso/obesidad en mujeres de bajos recursos. 2012 [citado 30 de agosto de 2021]; Disponible en: <http://rgdoi.net/10.13140/RG.2.2.13151.71845>

34. FAO, OPS, WFP y UNICEF. Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe 2019. Hacia entornos alimentarios más saludables que hagan frente a todas las formas de malnutrición [Internet]. Santiago: FAO, OPS, WFP y UNICEF; 2019. Disponible en: <http://www.fao.org/3/ca6979es/ca6979es.pdf>
35. Brito Bruno C, Ivanovic Willumsen C. Mujeres rurales, protección social y seguridad alimentaria en ALC. Santiago de Chile: FAO; 2019. (2030 - Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe). Report No.: 23.
36. Jung NM, de Bairros FS, Pattussi MP, Pauli S, Neutzling MB. Gender differences in the prevalence of household food insecurity: a systematic review and meta-analysis. Public Health Nutr. abril de 2017;20(5):902–16.
37. FAO, FIDA, OPS, WFP y UNICEF. Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe 2020. Seguridad alimentaria y nutricional para los territorios más rezagados [Internet]. Santiago: FAO, OPS, WFP and UNICEF; 2020. Disponible en: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/cb2242es>
38. Bockting W, Keatley J. Por la salud de las personas trans - Elementos para el desarrollo de la atención integral de personas trans y sus comunidades en Latinoamérica y el Caribe [Internet]. Organización Panamericana de la Salud; 2011. Disponible en: <https://www.paho.org/arg/images/gallery/Blueprint%20Trans%20Espa%C3%83%C2%B1ol.pdf>
39. Linsenmeyer W, Waters J. Sex and gender differences in nutrition research: considerations with the transgender and gender nonconforming population. Nutr J. diciembre de 2021;20(1):6.
40. UN Women. From insight to action. Gender equality in the wake of COVID-19 [Internet]. USA; 2020. Disponible en: <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/gender-equality-in-the-wake-of-covid-19-en.pdf?la=en&vs=5142>
41. Bergallo P, Mangini M, Magnelli M, Bercovich S. PNUD LAC C19 PDS No. 25. Los impactos del COVID-19 en la autonomía económica de las mujeres en América Latina y el Caribe [Internet]. ONU Mujeres; 2021. Disponible en: [https://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/es/home/library/womens\\_employment/los-impactos-del-covid-19-en-la-autonomia-economica-de-las-mujer.html](https://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/es/home/library/womens_employment/los-impactos-del-covid-19-en-la-autonomia-economica-de-las-mujer.html)
42. UN Women. Form insights to action. Gender equality in the wake of COVID-19 [Internet]. 2020. Disponible en: <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/gender-equality-in-the-wake-of-covid-19-en.pdf?la=en&vs=5142>
43. Rodríguez Gustá AL. Las políticas sensibles al género: variedades conceptuales y desafíos de intervención. emas y debates: revista universitaria de ciencias sociales. diciembre de 2008;16:109–30.

44. ONU Mujeres. Profundicemos en términos de género. Guía de terminología y uso de lenguaje no sexista para periodistas, comunicadoras y comunicadores [Internet]. ONU Mujeres; 2016. Disponible en: [http://onu.org.gt/wp-content/uploads/2017/10/Guia-lenguaje-no-sexista\\_onumujeres.pdf](http://onu.org.gt/wp-content/uploads/2017/10/Guia-lenguaje-no-sexista_onumujeres.pdf)
45. Programa Mundial de Alimentos. Política en Materia de Género para 2015–2020. 2015.
46. OMS. ESTRATEGIA PARA INCORPORAR EL ANÁLISIS Y LAS ACCIONES DE GÉNERO EN LAS ACTIVIDADES DE LA OMS [Internet]. 2009. Disponible en: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44046/9789243597706\\_spa\\_Text.pdf?sequence=1](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44046/9789243597706_spa_Text.pdf?sequence=1)
47. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE - Objetivo 5: Igualdad de Género [Internet]. Disponible en: <https://www.undp.org/content/undp/es/home/sustainable-development-goals/goal-5-gender-equality.html>
48. Mullinax M, Hart J, Vargas García A. Using Research for Gender-Transformative Change: Principles and Practices. IDRC; 2018.
49. FAO. spotlight initiative [Internet]. Disponible en: <https://www.spotlightinitiative.org/>
50. ONU. LISTA DE VERIFICACIÓN PARA USAR EL ESPAÑOL DE FORMA INCLUSIVA EN CUANTO AL GÉNERO [Internet]. 2019 [citado 11 de mayo de 2021]. Disponible en: [https://www.un.org/es/gender-inclusive-language/assets/pdf/Lista%20de%20verificaci%C3%B3n%20para%20el%20uso%20del%20espa%C3%B1ol%20inclusivo%20en%20cuanto%20al%20g%C3%A9nero\\_v2.pdf](https://www.un.org/es/gender-inclusive-language/assets/pdf/Lista%20de%20verificaci%C3%B3n%20para%20el%20uso%20del%20espa%C3%B1ol%20inclusivo%20en%20cuanto%20al%20g%C3%A9nero_v2.pdf)
51. Ndiaye AA, Beaulieu N. Participant’s guide. Workshop on monitoring & evaluation for projects supported by the CCAA program. [Internet]. IDRC; 2009. Disponible en: <https://www.idrc.ca/sites/default/files/sp/Documents%20EN/participants-guide-workshop-on-me-for-projects-ccaa-program.pdf>